

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

TRÊS LEITURAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO E
CONTROLE SOCIAL

Sérgio Gonçalves de Amorim (Inst.Nac. de Pesq. Espaciais - INPE)

TRÊS LEITURAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO E CONTROLE SOCIAL

Resumo: Este artigo trás parte dos resultados de três momentos de pesquisas com grupos sociais distintos sobre suas representações sociais do espaço, a construção de territorialidades e suas relações com os processos de planejamento e gestão do território. Nossos referenciais teóricos principais são da antropologia social, em diálogo com outras áreas das ciências humanas. Discutimos e analisamos algumas formas de percepção territorial dos seguintes grupos sociais: 1) parcela da juventude urbana ligada à cultura hip hop, no município de São José dos Campos/SP; 2) parte de representantes das associações de amigos de bairro, de movimentos populares e de um grupo de estudantes universitários no município de Jacareí/SP; 3) um dos grupos técnicos que desenvolvem ferramentas de sensoriamento remoto e geoprocessamento em um instituto de pesquisa público. Neste trabalho procuramos demonstrar que há um processo de controle social das representações do espaço presentes nestes grupos sociais, que está baseada nas demandas do capital e do Estado, e que este controle se dá através de percepções e alienações quanto à composição de territórios no espaço urbano, conforme os grupos sociais envolvidos.

1. Introdução

Este trabalho trás parte dos resultados de três momentos de pesquisas que estamos desenvolvendo acerca dos processos de representação do espaço e da dominação social.

O primeiro momento (2000-2004) corresponde a uma discussão sobre a composição de territorialidades instrumentais e orgânicas (cf. Milton Santos) na formação do espaço urbano, a partir de uma interpretação do movimento cultural hip hop, à luz dos processos contemporâneos de planejamento territorial e formação dos territórios no município de São José dos Campos/SP.

O segundo momento (2005-atual) corresponde a uma discussão em torno da problemática da gestão democrática da cidade, na qual estamos estudando as formas de percepção e cognição

da paisagem como meios de alienação e/ou esclarecimento na economia política da produção do espaço urbano, no município de Jacareí/SP, segundo a ótica de representantes de associações de amigos de bairro, movimentos populares e um grupo de universitários.

E, num terceiro momento (2005-atual), numa análise que estamos construindo das implicações antropológicas, filosóficas e políticas dos usos das geotecnologias (sensoriamento remoto e geoprocessamento) nas representações digitais do espaço, numa discussão crítica das práticas de um grupo de profissionais daqueles que têm se dedicado ao desenvolvimento e ao uso de tais ferramentas no planejamento e gestão do território.

Estes três momentos têm em comum uma reflexão acerca das representações e construções do território, sob uma perspectiva dos grupos hegemônicos e dos grupos que habitam o lugar, bem como, do papel dos instrumentos de planejamento e gestão desses territórios, sejam eles as geotecnologias, os referenciais legais e/ou as representações culturais hegemônicas e populares do território.

Nessas pesquisas temos como referenciais teóricos a antropologia social (realizada na forma de etnografia urbana e das organizações), da ciência política (dos sistemas simbólicos e das representações espaciais), da geografia (dos territórios e das territorialidades, cf. Milton Santos) e da psicologia social (numa vertente psicanalítica).

Iremos expor brevemente cada um desses momentos de pesquisa, onde expomos as relações entre as representações do território e o controle social.

2. O lugar no plano e, na língua dos manos: territorialidades do espaço instrumental e, do espaço orgânico no município de São José dos Campos/SP

O espaço urbano do município de São José dos Campos é segregado, demarcado por lugares que separam as áreas das elites, das áreas populares na cidade. Ao longo da década de 90, esta segregação sócio-espacial contribuiu para que se agravassem a violência e a miséria urbanas, e, como forma de reação e, também de reflexão diante dessa “problemática do desamparo” (GUATTARI, 1992), se desenvolveram nos bairros populares da cidade, manifestações culturais hip hop, compostas da música rap, da dança break e dos grafites e pichações. O quadro social no qual se deu o surgimento da cultura hip hop, no município de São José dos Campos, foi nos limites de um processo de urbanização acelerado e excludente típico dos anos 90, articulado a uma reestruturação do sistema produtivo e acompanhado de um crescimento demográfico considerável.

A forma hegemônica de planejamento urbano e regional, no município de São José dos Campos, da segunda metade da década de 90 aos dias atuais tem sido o planejamento estratégico de cidades ou marketing territorial ou urbano, o qual tem buscado transformar o espetáculo em forma de controle social das massas urbanas, usando dos meios de comunicação, e dentre esses, a própria cidade (ARANTES; VEINER; MARICATO, 2000) e (ARANTES, 1988).

É, portanto, muito tênue o fio que liga expressões da cultura popular, como o hip hop, às suas comunidades locais, pois o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massas é implacável, no sentido de desmobilizar a força da cultura popular como elemento contestatório, caracterizando-os de marginal ou os cooptando SANTOS (2000-b) e VAINER (2000). É através dessas relações simbólicas entramos em contato com nossa realidade imediata, seja com nossos semelhantes, seja com espaço vivido, percebido e imaginado (HARVEY, 2000) e (BOURDIEU, 2002:12).

Em contraste, parcela da juventude urbana, através da cultura hip hop, dialoga com os poderes instituídos, ainda que de modo tenso e violento (não a violência pela violência), mas também lírico e poético, por vezes, voltando as costas, para as políticas oficiais hegemônicas, que buscam transformar o espetáculo em controle social.

Esta parcela dessa juventude urbana (população entre 14 e 29 anos) atravessa dificuldades em sua vida na cidade, tais como, altas taxas de mortalidade atingindo, majoritariamente a população masculina devido a causas externas (homicídios e acidentes de trânsito) ou por doenças infecto-contagiosas (AIDS). Além disso, esta juventude joseense apresenta, em sua maior parte, baixo grau de escolaridade, apesar da alta taxa de alfabetização inicial e, elevados níveis de desemprego, que é maior entre os não brancos e as jovens, na cidade.

A apropriação simbólica do espaço urbano na forma de hip hop, ainda que vista de um modo negativo pelos poderes instituídos, é vital para a organização desses grupos juvenis, sobretudo, no que diz respeito à elaboração cultural dos conflitos vividos diante da expansão urbana (LEVISKY, 1998), (ZIMERMAN; OSÓRIO, 1997) e (FREUD, 1921).

A cidade é um símbolo de determinadas relações de poder, é um discurso ideológico, do qual *o espaço urbano é uma fala*. As manifestações culturais ligadas ao movimento hip hop fundam novas relações de territorialidades e de cidadanias, na medida em que a cidade é apropriada de formas diferentes e originais. Contudo, os segmentos técnicos ligados ao planejamento hegemônico tendem a ignorar esta fala, e assim, ignoram também outras possibilidades de produção social do espaço (WISNIK, 1999, p.119).

Conflitos de territorialidades não deixariam de emergir, sobretudo, na forma de violência (PEREIRA; RONDELLI; SCHØLLHAMMER; HERSCHMANN, 2000, p.21-2). Na origem desses conflitos estão formas de dominação, relações de poder entre grupos diversos, onde a violência é expressão simbólica dessas tramas de relações sociais.

O relato a seguir trás uma experiência junto aos representantes da cultura hip hop na cidade de São José dos Campos, ligados à posse (SILVA, 1998:12) “União dos Jovens Afrodescendentes – UJAD”, no Jardim Novo Horizonte, e ilustra algumas das relações entre cultura, territorialidade e cidadania.

“Certa vez, o Maurício me contou uma estória de uma vivência que ele e a Dulce participaram junto ao pessoal do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos), um partido político de oposição de tendências socialistas e comunistas. A vivência foi no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. A estória era a seguinte, segundo o Maurício.

Imagine se a gente naufragasse em uma ilha deserta. O que a gente ia fazer? Uns diziam que iam pedir socorro, outros que iam chorar, pois não iam ver mais as pessoas queridas, outros que iam fazer uma expedição pela ilha, etc. O coordenador da vivência perguntou se a gente sabia que não viveríamos mais de 24 h, caso não encontrássemos água pra beber... A partir daí, o grupo foi unânime quanto a prioridade de encontrar a água...

No jogo, foi dada a oportunidade para que apenas um de nós encontrasse a água... A pergunta seguinte foi posta: qual seria a atitude do camarada que encontrou a água? Diria onde a água se encontrava e compartilhava com os demais? Ou se aproveitaria da situação e dominaria os demais? Como? Instituído alguns entre eles, que cuidariam da “segurança da água”, recebendo água “em troca” (ou pagamento) para beber, enquanto que os demais deveriam pagar pela água... Como não havia dinheiro, os demais teriam que trabalhar para o “dono” da água...

O grupo passou a discutir a situação do jogo... O rapaz que encontrou a água disse que tentaria dominar o grupo, e ser o dono da água...

O Maurício disse para os demais participantes do jogo, que o rapaz que não queria compartilhar a água, devia ser morto no ninho... Mas os outros disseram, que é isso? Deixa de ser radical Maurício, assim você acaba com a brincadeira...

— É, ma-as o cara é que acaba com a gente, co-om essa-a esto-ória de que a água é dele, dizia o Maurício...

— *Se-ê vê só? O pessoal na-ão quis me ouvir e o cara que descobriu a água, mo-ontou um império no jogo e a ge-ente foi dominado por ele... Nu-um falei pra vocês, o Dulce? Ta-á vendo só, como é que é a-as coisas são?*”

Desse relato nos indagamos acerca dos significados políticos da cidade, enquanto relação entre dominantes e dominados, sobretudo no que diz respeito aos bens vitais à existência humana, como a água, o solo, o ar, entre outros elementos territoriais desigualmente apropriados no contexto das cidades.

Os processos de territorialização, desterritorialização, e reterritorialização, se dão no domínio da cultura, deste modo, as manifestações culturais são elementos importantes no processo de planejamento e gestão das cidades contemporâneas, se desejarmos realizá-lo de modo participativo, rompendo com posturas etnocêntricas.

Uma língua “natural” territorializa os grupos que a ela se vinculam, é expressão de um espaço de vida. Quando esta língua “natural” se vê ameaçada ou se desarticula pela presença de uma outra língua transplantada, como por exemplo, o planejamento territorial hegemônico, ocorre um processo de desterritorialização, ligado a um projeto de dominação. O hip hop, enquanto manifestação da cultura popular é uma reação ao processo de desterritorialização, gerando uma nova reterritorialização, recriando vínculos ao território de vida.

A emergência histórica das cidades marca a passagem para uma sociedade organizada em hierarquias, com poder político separado do corpo da sociedade (CLASTRES, 1990, p.135), tendo como correspondência na organização territorial, um espaço que demarca essa divisão do poder, segregando a sociedade no espaço.

É com extrema argúcia que MARX (1988, p.222-3) nos apresenta sua reflexão acerca dos usos da terra para fins de urbanização. A questão *da localização*, ou seja, do lugar, determina não somente a parcela de mais-valia a ser apropriada na forma de renda da terra, mas também, as formas de condução da própria realização de mais-valia. Aquele que usufrui a renda da terra, o especulador imobiliário, explora o desenvolvimento urbano, com vistas a beneficiar este ou aquele grupo ligado à renda da terra.

A questão da renda da terra é *geo-política*. O capital, para promover sua valorização, estabelece um desarranjo dos modos tradicionais de relação com a Terra, impedindo a subsistência dos grupos tradicionais através dos frutos oriundos da labuta direta com a terra. Desde modo, o capital impõe às populações tradicionais a disciplina do trabalho assalariado, como forma predominante de reprodução social, e por isso, ‘*constrói*’ uma determinada mediação com a natureza, através do espaço urbano.

Nos municípios as práticas políticas do planejamento territorial hegemônico ao tratar do desenho, construção e formas de uso e ocupação da cidade, definem as condições de moradia e habitação de todos os municípios, condicionando sua existência coletiva de um modo geral, e explicitam o desejo de exercer um domínio sobre o cotidiano de todos os municípios.

Percebemos uma tensão na composição da cidade, por exemplo, na questão da centralidade proposta pelas paisagens da burguesia, e contestadas pelas populações de periferias. Estes elementos da paisagem urbana são suportes para os protestos por parte das populações de periferia, num misto de *sentimento de agressão / desejo de agredir*, com suas pichações e grafites. As populações de periferia, além de *resistirem* (CHAUÍ, 1986) ao simbolismo presente na proposta de centralidade da paisagem da burguesia, recriam suas próprias formas e noções de centralidade nos bairros populares.

Esse embate simbólico é de relevância para as reflexões acerca do planejamento territorial, sobretudo, se este, se propõe contribuir para um projeto de cidade e de cidadania mais amplo e participativo, daí, verdadeiramente, mais democrático e mais justo, capaz de integrar cidadãos comprometidos com seu lugar.

Tal qual a alienação do trabalho e do trabalhador no processo de acumulação de capital, no desenvolvimento urbano a alienação se encontra *geo-grafada* numa gramática do espaço, dizendo, nomeando, uma espécie de taxinomia do espaço, o *lugar* do produtor direto proletarianizado, o *lugar* do trabalhador na cidade. O planejamento urbano hegemônico atua no sentido de fixar determinado modo de uso e ocupação do espaço, e, portanto, acaba por propugnar um determinado tipo de formação social.

Isso tudo, a despeito de toda estigmatização que tal população juvenil sofre, diante dos grupos representantes dos poderes instituídos, no município de São José dos Campos, desde os poderes públicos até os representantes do capital em suas diversas formas. A cultura hip hop mostra a esses jovens *novos centros de gravitação*, outros referenciais de espaço, *recriando as territorialidades, e dando novo significado à experiência urbana dessa juventude*.

2. Limitações à gestão democrática de cidades no município de Jacareí

Esta é parte de uma pesquisa que desenvolvemos em Jacareí-SP, sobre gestão municipal participativa, no acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor do município, oportunidade na qual tivemos de nos envolver com a população da cidade, avaliando qualitativamente como este processo tem sido vivenciado nos diversos bairros da cidade.

A revisão do Plano Diretor tem sido atrelada à discussão do orçamento participativo, realizada por representantes oficiais da prefeitura municipal em alguns bairros da cidade. Nossa visita aos bairros, sobretudo às sedes das sociedades de amigos de bairro e estabelecimentos comerciais (padarias, lanchonetes, mercearias, etc.), levantando entrevistas qualitativas, nos permitiram num primeiro momento afirmar que a população de Jacareí, de um modo geral, está alienada das discussões acerca do planejamento e gestão territorial na cidade, bem como, das proposições orçamentárias para a cidade.

A participação popular no planejamento e gestão territorial sempre se configurou como utopia em Jacareí, uma vez que o desenho para a cidade, fora determinado por forças externas ao município, e sem o envolvimento da população local, bem como, da população que migrou para cidade. O Estatuto da Cidade estabelece os princípios da gestão democrática da cidade. No entanto, a fragilidade desse instrumento para se garantir a participação popular fica patente diante dos interesses da acumulação de capital na região do Vale do Paraíba, onde se constituiu toda uma tradição autoritária em torno do planejamento e gestão territorial.

O planejamento e gestão participativos do território envolvem um aprendizado mais amplo por parte de cada cidadão, que passa pela questão de como o território é construído e percebido pelos que o constroem, e de como esse processo de construção da cidade pode servir de elemento de cognição e esclarecimento, portanto, suporte para a construção das práticas genuínas de cidadania; e não, ao contrário, como vem sendo estabelecido, como alienação do território e do cidadão, compondo um quadro mais amplo de alienações políticas na participação efetiva da construção da cidade e da cidadania (SANTOS, 2000).

Entre o que a lei determina (Estatuto da Cidade) e as interpretações dessa lei na orientação das ações da vida cotidiana (práxis) existem toda uma trama de interesses que expressam o jogo das percepções e das cognições da realidade construída, compondo toda uma gama de *poderes simbólicos* (BOURDIEU, 2002) que de certo modo, se materializam na vida das cidades.

A gestão e planejamento dessas cidades trazem apenas *figurativamente* a participação da população, uma vez que as produções da cultura popular que deveriam expressar as contradições da construção do espaço tendem a ser cooptados em favor de uma *espetacularização* da cidade e da política que busca atender aos interesses dos grupos hegemônicos (ARANTES, 2000), fazendo dos processos de participação popular no planejamento e gestão da cidade e nas discussões do orçamento, *uma festa*.

A cidade cada vez mais se apresenta como um espetáculo que busca a alienação dos cidadãos em face de sua exploração diante das relações de produção capitalistas (ARANTES, 1988). Uma estetização da política da produção do espaço, no espetáculo da cidade-mercadoria, pode

conduzir aos cidadãos, a não perceberem que, a cidade que ajudam a construir, não lhes permite o usufruto de todos os benefícios que ela pode oferecer. Há uma dupla alienação que reflete na dominação e controle social do cidadão: do seu trabalho de construir a cidade, e em sua forma da percepção e cognição desse espaço que constroem.

Trata-se realmente da construção de uma dada realidade, expressa no plano material pela cidade, e na mente das pessoas em termos de suas percepções e cognições do espaço que abriga suas atividades cotidianas (HARVEY, 2000). Desde que a construção do espaço urbano se dá em conformidade com os interesses hegemônicos do capital e do Estado, como podemos falar de participação popular nesse contexto?

O Estatuto da Cidade busca indicar alguns caminhos nessa direção, instituindo instrumentos para que essa participação popular possa ser efetivada. Mas, as formas, digam-se formalidades legais, têm sido cumpridas apenas para se evitar outros problemas legais, como por exemplo, o não repasse de verbas para o município, caso este seja alvo de condenação em lei de improbidade administrativa por conta do não cumprimento das formalidades da lei no que diz respeito às formas democráticas de gestão da cidade, entre elas a *formalização* de um plano diretor para o município.

Fomos indicados para compor a comissão que deveria preparar a 2.^a Conferência das Cidades para o município de Jacareí. Nessa comissão, os participantes foram induzidos, na forma da condução da reunião por parte de representantes oficiais da prefeitura municipal, a concordar com as linhas gerais propostas pelo governo federal para o evento, numa pauta preparada antecipadamente, contando inclusive com a participação de pessoas da população local, porém com atitudes conformistas diante do posicionamento dos representantes do poder executivo da cidade, os quais se utilizaram dessa reunião para referendar a forma como viria *a ser conduzida* a 2.^a Conferência das Cidades para o município, através de uma *participação popular induzida*.

Uma das representantes dos movimentos populares no município relatando sua participação na 1.^a Conferência das Cidades aponta a forma “esvaziada em que as reuniões se deram no âmbito estadual e federal”, referendando os interesses do governo executivo federal. Não havia espaço para discordâncias. Um modelo não genuinamente participativo, porque cooptado, para a gestão democrática das cidades.

No último dos encontros da 2.^a Conferência das Cidades em Jacareí (foram três reuniões, em datas e locais distintos) fomos convidados a *participar como palestrante e representante das instituições de ensino superior no município*. No fundo, eu e o outro palestrante do Instituto Polis, *ilustrávamos a reunião, éramos atrativos/atração* para a participação popular no

“evento da prefeitura”. Éramos parte do espetáculo e da espetacularização da política na circunstância. O que deveria ser um encontro para se discutir a cidade ficou reduzido a uma palestra sobre o município e o Estatuto da Cidade, com algum debate tímido ao final, até mesmo pelo “*avançado das horas*”, conforme os organizadores do evento, membros do poder executivo local.

Uma técnica do departamento de planejamento urbano da prefeitura municipal de Jacareí dizia que as formas de atuação do poder executivo local no que diz respeito à gestão e planejamento territorial na cidade de Jacareí, independe de tal ou qual partido político em sua visão, e é algo característico do poder executivo local. Segundo ela, *o que a prefeitura não quer é perder seu poder de regular o território conforme seus interesses.*

Com isso, aqueles que detêm o poder executivo local em Jacareí, independentemente das afiliações partidárias, buscam fazer valer os interesses dos grupos que representam, construindo junto aos cidadãos do município determinada percepção da cidade, conforme seus interesses, bem como, controlar os processos cognitivos decorrentes dessas percepções de modo a obter certo manejo do processo político na cidade.

Diante disso, resolvemos checar nossas impressões de campo, avaliando um grupo relativamente homogêneo na cidade, um grupo de jovens universitários recém ingressos em 2006 no curso de administração de empresas em uma faculdade isolada da referida cidade com os quais tivemos contato entre fevereiro e junho deste mesmo ano, colhendo informações que pudessem nos dar um quadro da percepção desse grupo, no que diz respeito à administração pública municipal em termos do planejamento e gestão territorial. Buscamos analisar a percepção e cognição deste grupo para a problemática ambiental e do espaço construído; primeiro de um modo mais amplo, como habitantes e/ou usuários dos serviços prestados no município; segundo, como futuros profissionais que poderão atuar na área de planejamento e gestão municipal.

Realizamos duas questões abertas a esse grupo de cerca de 70 acadêmicos de primeiro ano de administração de empresas: 1.ª) É possível a gestão democrática das cidades? E, 2.ª) Que contribuições os administradores de empresas podem dar para a construção de uma sociedade mais justa?

Percebemos que este quadro que apreendemos para a população como um todo no município de Jacareí, no tocante ao planejamento e gestão territorial, se reproduz entre o grupo de estudantes universitários que analisamos. Uma análise qualitativa às respostas dadas à nossa primeira questão nos permite compreender a alienação presente entre os universitários entrevistados no tocante ao território municipal e ao seu planejamento e gestão. A maioria das

respostas refletia posições otimistas, porém irrealistas, uma vez que dizem ser possível a gestão e planejamento democrático da cidade, mas como fruto de "boa vontade dos políticos" e dos cidadãos, desde "que cada um faça sua parte".

Falamos mais críticas foram exceções como, por exemplo, onde há a percepção do autoritarismo na formação do território e a ineficácia da lei (Estatuto da Cidade). Houve, ainda, entre os universitários que consultamos a percepção de que os interesses do capital são também um entrave para a participação popular, de que a participação popular parece um engodo, ou arranjo predeterminado, de que a participação é apenas protocolar.

Estas foram algumas das poucas respostas à questão proposta que procuraram algum conteúdo mais crítico, no entanto, a maioria das respostas dadas apontou para um otimismo infundado onde o discente não se vê como parte da população de que fala, utilizando-se expressões como "o povo deveria", "se cada cidadão fizer sua parte", entre outras, pondo-se distante da problemática do planejamento e gestão da cidade que vive.

Analizamos algumas das respostas dadas para a segunda questão: Que contribuições os administradores de empresas podem dar para a construção de uma sociedade mais justa?

Houve uma percepção de que a administração da cidade parte de posições preconceituosas que geram exclusão social. Mas ainda houve uma posição de prepotência no que diz respeito ao conhecimento técnico (instrumental) versus conhecimento popular (orgânico), sobrevalorizando primeiro e subvalorizando o segundo. De um modo geral, a questão da participação da população no planejamento e gestão da cidade configurou-se nas respostas dadas como uma realidade distante e "dirigida por técnicos", tendo a população como incapaz de percepção de seus interesses.

Desse modo, o exercício da cidadania não se efetiva de modo completo na percepção dos acadêmicos entrevistados no que diz respeito à sua participação enquanto cidadãos no planejamento e gestão da cidade em que vivem, ou seja, o governo da cidade se efetiva no imaginário e na prática como algo distante da realidade de vida desses acadêmicos e da população em geral, algo típico da política brasileira no tocante aos usos e ocupações do território.

3. Algumas implicações antropológicas, filosóficas e políticas da construção, interpretação e representações do espaço em termos de territórios digitais

Nada de errado com a técnica. Mas seu uso e sua construção não são neutras. Por exemplo, ao

dar-se uma definição ampla e geral de que, o sensoriamento remoto é uma atividade de construção, representação e interpretação do território a partir da captação de ondas eletromagnéticas em sistemas sensores, devemos lembrar que o olho humano é um sistema sensor e que capta uma determinada gama de frequências eletromagnéticas, mas, de um ponto de vista antropológico, filosófico e político, já se tem estabelecido que todo olhar humano é uma construção social e não é neutra (NOVAES, 1988). Do mesmo modo, todas as representações do espaço são olhares, são “geo-grafias”, escritas, linguagens, e os produtos de sensoriamento remoto são um desses tipos de representação.

De certo modo, ainda que timidamente, pretendemos propor que se pense o que significam estas representações do espaço em função de suas aplicações e das equipes que as produzem e/ou as utilizam. Que espaço é esse, o das representações das imagens de sensoriamento remoto? O que são estas representações em termos de territórios digitais? A que se destinam, e por que se destinam a tais ou quais usos?

São algumas questões que ainda não encontramos minimamente discutidas entre aqueles que têm se dedicado às artes, técnicas e ciências que envolvem as atividades de sensoriamento remoto em suas mais diversas aplicações, embora essa percepção não deixe de estar presente entre alguns pesquisadores dessa área do conhecimento, mas sabemos que esta realmente não é uma discussão usualmente realizada pelos grupos que geram e utilizam tais produtos tecnológicos.

Como uma metáfora ainda que reducionista, podemos dizer, sem querer generalizar, que os engenheiros usualmente não se questionam porque constroem seus artefatos... Constroem artefatos, ainda que os idealizem para alguma destinação social, e poucos seriam como Álvaro de Campos, um dos heterônimos de Fernando Pessoa, o engenheiro naval, que consegue se dizer que a "vida que eu vivo - ó (...) – é a vida que me minto" (PESSOA, 2002).

De certo modo, o mesmo se dá com as imagens de satélite. Muitas vezes, aqueles que as constroem e/ou se utilizam desses instrumentos tecnológicos não se questionam muito quanto a suas implicações sociais e políticas, talvez menos ainda quanto às suas motivações "pessoais" (num trocadilho com Fernando Pessoa).

Deixem-nos explicar melhor. Geralmente os que têm se envolvido com tais produtos da tecnologia dos satélites têm se limitado, tomando uma expressão cunhada pelos filósofos da Escola de Frankfurt, a uma *razão instrumental* que enxerga apenas as possibilidades do uso do conhecimento tecnológico e científico para o domínio do Estado e do capital, fechando-se a uma *razão crítica* que se envolvesse em uso libertário de tais formas de conhecimento e de exercício do poder, que habilitassem os povos da terra a uma luta mais justa por seus direitos

à vida e à dignidade. Tomamos aqui os termos razão instrumental e razão crítica na interpretação de CHAUI (2005).

Isso não invalida o trabalho de tais cientistas e tecnólogos, pois se trata de uma questão de foco e da criação de um fórum de discussões: que estes grupos não apenas se limitem a aplicar e usar as imagens de satélites, mas também se questionem sobre esses usos e os seus resultados em termos sociais e políticos.

Realizando uma leitura antropológica dos grupos de trabalho em territórios digitais apontam que o resultado do trabalho desses grupos, em parte é fruto das formas hierárquicas em que estas se organizam, e em parte, também é resultado da forma em que se inserem na estrutura do Estado e do capital.

O trabalho que é realizado com imagens de satélite no mundo, a natureza dessas representações, construções e percepções, são *grafias* (escritas) do espaço, da terra, ou seja, daquilo que denominamos *geo*. As imagens de satélite são uma dada linguagem e construção de um território, uma linguagem na qual se escreve (grafa) o espaço (geo). Tais imagens são uma linguagem (grafia), são uma representação, construção e percepção do espaço (geo) pelos grupos que a desenvolvem. As imagens compõem territórios, ditos *território digitais*, que são condicionadas pelas formas como estas são construídas e utilizadas, em outros termos, estas são olhares e não realidades “dadas”, e não existem olhares e realidades neutras.

Numa interpretação clássica do sistema capitalista em ENGELS (1986) temos que três processos básicos determinam a acumulação de capital. São eles: o processo de organização do trabalho, o processo de organização da produção e o processo de organização do espaço.

Embora nesse modelo certas relações sejam fundamentais, como por exemplo, a organização da sociedade a partir desses três processos para a geração de um excedente de produção e sua apropriação pelo capital, a intensificação dessa geração de mais-valia se dá através de transformações nos processos citados. Ou seja, a curta história do sistema capitalista é de certo modo a história de como se dão esses processos de organização do trabalho, da produção e do espaço.

As transformações no processo de trabalho são evidentes, bem como, as transformações no processo de organização da produção, e têm como um de seus elementos centrais a incorporação dos desenvolvimentos tecnológicos nos processos produtivos e de organização do trabalho.

Já as transformações da organização do espaço podem não ser tão evidente, mas, por exemplo, uma delas é o crescimento das cidades, sua estruturação em redes e as decorrentes formas de regionalização daí decorrentes. Bem como, os desequilíbrios decorrentes de tais

usos e ocupações da terra, em termos dos diversos ecossistemas terrestres envolvidos.

Os usos de novas formas de se representar o espaço, a partir da incorporação de desenvolvimentos tecnológicos, nascem no bojo dessas transformações no uso e ocupação do espaço, e de certo modo, tais novas formas de representação do espaço não são passivas, pois habilitam para novas formas de planejamento e gestão do território. Dentre estas novas formas de representação espacial estão as geotecnologias, tais como, os desenvolvimentos e as aplicações do sensoriamento remoto.

HARVEY (2000) nos dá uma interessante interpretação de como essas transformações na organização do trabalho, da produção e do espaço se articulam. Fundamentalmente, para ele, o incremento de mais-valia se relaciona a uma compressão espaço-tempo, de modo à 'encurtar' o ciclo de realização da acumulação capitalista, intensificando as escalas de produção, maximizando o uso da força de trabalho e otimizando o uso e ocupação do território, resultando em um intenso processo de urbanização em termos globais, lançando multidões em subemprego/desemprego e aumentando em escala exponencial o uso dos recursos naturais e energéticos.

Assim, do mesmo modo que as transformações tecnológicas atuam no campo da organização dos processos de trabalho e dos processos produtivos, atuam também nos processos de produção social do espaço.

A automatização nos processos de representação do espaço, por exemplo, com as geotecnologias, dá vazão a outras formas de se pensar as relações espaciais, tanto em termos dos ecossistemas, bem como, dos processos sociais aí envolvidos.

FOUCAULT (1975, 1979, 2001) apresenta uma série de considerações entre as representações do espaço e as relações de poder, e entre as relações de poderes e saberes. Importa-nos conhecer que tipos de relações entre saberes passam a serem desenvolvidas a partir desses novos referenciais de representação, interpretação e construção dos territórios digitais, bem como, dos poderes daí decorrentes, e a benefícios de que grupos sociais, em detrimentos de quais outros tantos.

As geotecnologias são representações eletrônicas-computacionais do espaço, formas de conhecimento e pensamento acerca do espaço, que nos possibilitam interessantes incursões epistemológicas e ontológicas, antropológicas e psicossociais, acerca do olhar, do ver e do pensar, o espaço. Mas, o que é olhar? O que é ver? O que se olha, o que se vê? O que é aquilo que se vê? O que é o espaço? Como é construído o olhar nessa visão eletrônica-computacional das geotecnologias?

Refletir acerca dessas questões nos conduz a considerar os produtos do sensoriamento remoto

e geoprocessamento, enquanto representações sociais que realizam uma intermediação entre cultura e natureza, tomando-se em consideração que a própria natureza representada é construção sócio-cultural, como temos em GEERTZ (1989) e SAHLINS (2003).

Quando falamos de sensoriamento remoto e geoprocessamento, nos referimos às linguagens computacionais, matemáticas, lógicas, que expressam conhecimentos, informações e visões acerca do espaço. São olhares socialmente construídos do espaço. Cada linguagem compõe uma forma de pensar. “Ver é pensar pela mediação da linguagem” (CHAUÍ, 1988, p.39); mas, se “o pensamento fala com a linguagem do olhar (...) o espírito dirá que os olhos não sabem ver” (ibidem: 40). Geoprocessamento e sensoriamento remoto são formas de pensar, a partir do espaço, a partir do corpo, a partir do olhar.

“Quando Merleau- Ponty [O visível e o invisível: SP, Perspectiva, 1971] escreve: “Somos o mundo que pensa, o mundo que está no âmago da nossa carne”; ou ainda, citando Cézanne, “eu sou a consciência da paisagem que pensa em mim”, estava propondo uma mudança radical na forma de pensar. Convidava a tomar o corpo como fundamento” (NOVAES, 1988, p.13). O que esta mudança radical no pensar nos “propõe é uma retomada, a partir de um momento “esquecido”, quando o pensamento de ver substituiu o ver e fez dele seu objeto” (ibidem: 14).

Poderíamos, com STEINER (2003), nos indagar de nossas representações do espaço, e entre essas os produtos do sensoriamento remoto: Que espaço (paisagem) é essa que pensa em mim?

As linguagens eletrônicas-computacionais do espaço, também como as demais linguagens, são construções sociais por excelência, como propõem IANNI (1999) e SANTOS (2000), compondo também determinadas ontologias do ser, e do espaço, como sugere NIEMEYER (1994). Sensoriamento remoto e geoprocessamento são, também, atividades políticas.

“Quem olha, olha de algum lugar. Skópos se diz daquele que observa do alto e de longe, vigilante, protetor, informante e mensageiro. Pratica o skopeuô (observar de longe e do alto, espiar, vigiar, espionar) alojando-se no skopé, o observatório (como o cientista soberano e também o policial, no panopticom de Bentham). Por isso, sua prática não é apenas vigiar e espiar, mas significa, ainda, refletir, ponderar, considerar e julgar, tornando-se skopeutês: aquele que observa, vigia, protege, reflete e julga, situando-se do alto” (CHAUÍ, 1988, p.35).

Quaisquer semelhanças com os sistemas de satélites, aqui, não são meras coincidências, mas dizem respeito, nessa interpretação, à natureza filosófica e antropológica dessas atividades. Na medida em que aumenta a precisão do olhar, ocorre um mergulho na vastidão do desconhecido.

“Uma cor não é uma coisa, não é átomo colorido nem comprimento de onda luminosa, mas concreção de visibilidade, pura diferença e diferenciação entre cores. Quando o vermelho é tecido vermelho, pontua o campo dos vermelhos: a roupa dos cardeais, a bandeira da revolução, um fóssil de mundos perdidos, o cafezal antes da colheita, o vestígio da ação policial deixado nas ruas. Cada vermelho é um mundo e há o mundo do vermelho entre as cores. É modulação do sensível, cristalização momentânea do colorido. As coisas são configurações abertas que se oferecem ao olhar por perfis e sob modo inacabado, pois nunca nossos olhos verão de uma só vez todas as suas faces” (ibidem: 58).

Chauí em outra passagem ainda mais inspirada indaga: “O que a filosofia da visão ensina à filosofia? Que ver não é pensar e pensar não é ver, mas que sem a visão não podemos pensar, que o pensamento nasce da sublimação do sensível no corpo glorioso da palavra que configura campos de sentidos a que damos o nome de idéais” (ibidem: 60).

Tomarmos o sensoriamento remoto e o geoprocessamento como olhares, como formas de pensamento acerca do espaço (e, a partir do espaço), nos abrem horizontes para profundas indagações acerca da construção social da realidade. Investigações que revelem esses liames ontológicos/epistemológicos do pensar/representar o espaço, de espacializar/representar os pensamentos, se justificam na fala de DELEUZE e GUATTARI (1992: 113), quando estes propõe uma geo-filosofia: “Pensar não é nem um fio estendido entre um sujeito e um objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra”.

Os produtos do sensoriamento remoto podem, portanto, serem bons para pensar. Por quê? Porque fundam um território, um território digital; e, na relação entre este território e a terra, nesse entre dois, entre o território e a terra, entre a representação em forma de imagem, e a percepção e cognição que construímos da terra em nossas relações sociais e em nosso interior, da *oikos*, morada em grego, de onde deriva o termos eco, de eco-nomia, eco-logia, e que, para além dessas palavras e conceitos, poderíamos, ainda, derivar uma *oikos*-sofia, em termos de pensar a morada e, até mesmo, uma *oikos*-fania, em termos de uma visão visionária/religiosa da morada, como sugerem Deleuze e Guattari (ibidem), que para além da miséria da economia política capitalista, responsável por relações depredatórias de uma ecologia política, carecemos ainda da construção de representações territoriais que nos livrem dessa visões empobrecedoras, e nos abram para uma ecologia do social, das mentes e dos corações da humanidade.

4. CONCLUSÕES

No município de São José dos Campos as ações concretas para construir um território permeado por práticas hegemônicas de planejamento territorial (ou marketing urbano) se valem de políticas cognitivas que buscam engendrar o *espetáculo como forma de controle social*. Por outro lado, a cultura hip hop na cidade tem se constituído em uma forma de espetáculo que questiona tais políticas cognitivas hegemônicas, propondo outras construções subjetivas do território.

Desse modo, o hip hop é reflexão. De que modo e por quê? Primeiro, ao propor, na língua dos manos, outras formas de se conceber a vida cotidiana e de se interpretar os acontecimentos do dia-a-dia, onde esses jovens dos bairros populares e favelas se posicionam enquanto produtores e consumidores desse saber acerca do lugar, bem como se incluem dentro e no contexto dessas formas artísticas e culturais de representação simbólica do mundo.

O hip hop tem mais um potencial reflexivo que de reflexão sistemática, sendo um suporte para reterritorializações em uma cidade segregada sócio-espacialmente, onde não há oportunidades adequadas de vida para boa parcela da juventude urbana.

Ao voltar nosso olhar para algumas das áreas conflitivas da vida social que dizem respeito à juventude urbana no município de São José dos Campos, tais como, os homicídios, os conflitos com a polícia e os poderes públicos, as políticas culturais insuficientes, as tentativas hegemônicas de apropriação política, os conflitos de territorialidades na pichação, entre outros, nos permite uma compreensão de alguns dos *'dramas da vida urbana'*, vividos pela população jovem de São José dos Campos, expressos também, como manifestação artística nas práticas da cultura hip hop, na língua dos manos.

Violência do espetáculo. Espetáculo da violência. Dialéticas de poderes na gestão cognitiva do espaço urbano, presentes no lugar no plano e, na língua dos manos. Territorialidades do espaço instrumental e do espaço orgânico, onde a cultura hip hop, no município de São José dos Campos, reflete através do espetáculo (para alguns no desejo de uma reflexão e, talvez, dê subsídios para questões), acerca do controle imposto pelo espetáculo, ao lugar.

Já em Jacareí, tal como em São José dos Campos, o processo de participação popular na gestão democrática é, sobretudo, um processo de burocratização sem espaço para questionamentos, debates e discordâncias, face às *necessidades da lei*; o Estatuto da Cidade se torna dessa forma ineficaz de antemão, na forma como é implementado na práxis.

As ações hegemônicas na construção da cidade de Jacareí, como em São José dos Campos, têm sido privilégio do poder público local e dos grupos de interesse que detém seu poder

executivo local; desde que o monopólio legal do poder de gestão e planejamento territorial (inspirado em Weber) cabe ao poder executivo local, há um desequilíbrio em detrimento às ações dos poderes legislativo e judiciário locais, no município de Jacareí.

Os grupos que têm detido o poder executivo local nessas cidades tendem uma forma de governo oligárquico no que diz respeito ao planejamento e gestão territorial, tornando a participação popular nesse processo apenas um protocolo legal instituído pela lei (Estatuto da Cidade).

De um modo geral, pudemos constatar que a parcela da população que analisamos em Jacareí tem se revelada alienada, como cidadãos e como estudantes universitários, para a problemática do planejamento e gestão da cidade em que vivem e/ou trabalham e estudam. E, por outro lado, falta-lhes ainda uma percepção mais ampla da interdisciplinaridade necessária para se responder às demandas de planejamento e gestão do território, sobretudo, junto a profissionais como arquitetos, urbanistas, paisagistas entre outros.

Acreditamos que o que verificamos para esta pequena amostra dos acadêmicos de administração de empresas em uma faculdade isolada em Jacareí seja significativo para considerarmos um estado mais geral de outras instituições de ensino superior nesta área de formação e outras formações congêneres, dado que o planejamento e gestão de cidades são interdisciplinares e devem envolver o conjunto dos cidadãos, caso este processo se proponha a ser de modo participativo.

Já os produtos de sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao planejamento e gestão territorial, de uma maneira geral, têm sido tratados de uma maneira essencialmente técnica, com poucas exceções entre os pesquisadores que se dedicam às construções de territórios digitais, impedindo uma discussão mais ampla que busque incluir a dimensão territorial nas formas de decisões políticas das populações locais nas cidades brasileiras.

Encontrar algumas tentativas tímidas de arte e educação com os produtos de sensoriamento remoto e geoprocessamento não são levados em consideração nos meios técnico-tecnológicos. Desde que estes produtos são uma linguagem que busca representar a terra, a dimensão poética dessa representação se encontra fechada pelo excesso tecnicista, em detrimento a uma expressão mais crítica dessa linguagem, que possibilitasse a criação de uma meta-linguagem tecnológica para as formas de representação da terra.

Não podemos perder de vista os próprios grupos que trabalham com estas ferramentas geo-tecno-lógicas. Estes grupos usualmente se encontram a trabalho do Estado e do capital, e têm suas lógicas de produção do pensar as relações entre o território que constroem digitalmente, e sua percepção cognição da terra, agenciadas por estes agentes organizacionais.

O primeiro agente agenciador do pensar, o Estado, por sua definição weberiana, formata um pensamento espacial que garanta o monopólio legítimo da violência, daí a construção tecnológica de sistemas de imageamento via satélite que operam na lógica do *controle e da vigilância* (sanitária, ambiental, etc.), ou numa interpretação foucaultiana, na lógica pan-óptica do *vigiar e punir*.

O segundo agente agenciador do pensar, o capital, por sua vez opera no pensamento espacial em uma lógica de planejamento e gestão do território que garantam o processo de acumulação capitalista, traduzido na criação de processos territoriais que gerem, através da exploração da força de trabalho, excedentes de produção na forma de mais-valia, apropriados ideologicamente como capital, pelo capitalista.

O sensoriamento remoto e o geoprocessamento, como ferramentas interessantíssimas para o pensar, que se estabelece na relação entre o território que se constrói, se interpreta e se representa, a partir da cognição e percepção da Terra, deveriam se apresentar numa dimensão crítica, ainda mais quanto instrumento educativo e aplicado no planejamento e gestão do território. Mas os desafios são grandes, na medida em que àqueles que têm se demonstrados mais críticos ao processo de construção social do espaço, por exemplo, a juventude urbana dos bairros populares está alienada culturalmente e educacionalmente dos meios de representação territorial mais sofisticados de um ponto de vista tecnológico. Por outro lado, a juventude universitária com maiores possibilidades de acesso a tais tecnologias de representação do espaço, tem se demonstrada praticamente alienada politicamente quanto a própria problemática urbana, não demonstrando conteúdo crítico e discernimento para sua efetiva participação nos processos de planejamento e gestão das cidades.

Desse modo, as representações sociais do espaço dadas pelas geotecnologias continuam a servir a um projeto de reprodução de sociedades do controle, tanto por aqueles que constroem tais ferramentas, bem como, por aqueles que não têm pleno discernimento quanto aos seus usos e resultados, sejam por uma aplicação alienada, seja por uma alienação da aplicação.

5. BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Oflíia. *Arquitetura simulada*: in. NOVAES, Adauto et al. *O olhar*: São Paulo, Companhia das Letras 1988.

_____. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*: in. ARANTES; VEINER; MARICATO: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*: 2.^a ed., Petrópoles, Vozes, 2000.

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*: 5.ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- CHAUÍ, M. *Resistência e conformismo: aspectos da cultura popular no Brasil*: São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *O que é ideologia*: 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- _____. Janela da alma, espelho do mundo: In: NOVAES, A. O olhar: São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- _____. Convite à Filosofia: São Paulo, Ática, 2005.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*: Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é filosofia?: Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*: Rio de Janeiro: Humus, 1979.
- _____. *Doença Mental e Psicologia*: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*: 24.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- FREUD, S. *Psicologia de grupo e análise do ego*. 1921. In: SAYÃO, Jorge. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição brasileira – vol. XVIII*: Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*: Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 3.ed. São Paulo, Editora 34, 1994.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*: São Paulo: Loyola, 2000.
- HERSCHMANN, M. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- IANNI, O. *Língua e sociedade*: Campinas, Primeira Versão, IFCH/UNICAMP, abril/1999.
- LEVISKY, D. L. (org.). *Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política (volume V – livro terceiro – O processo global da produção capitalista)*. 3.ed. São Paulo: : Nova Cultural, 1988.
- NIEMEYER, A. M. de. *Desenhos e mapas na orientação espacial: pesquisa e ensino de Antropologia*: Campinas, Textos Didáticos, IFCH/UNICAMP, janeiro/1994.
- NOVAES, A. *De olhos vendados*: In: NOVAES, A. O olhar: São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- PEREIRA, C. A. M.; RONDELLI, E.; SCHØLLHAMMER, K. R.; HERSCHMANN, M. *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- PESSOA, F. *Poesia - Álvaro de Campos*: São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*: Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço e tempo: razão e emoção*: 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *O tempo despótico da língua universalizante*. Folha de S.Paulo, 05 nov. 2000a.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 2000b.
- SILVA, José C. G. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. 1998. Tese (doutorado) : Unicamp, SP.
- SIMMEL, George. *A metrópole e a vida mental*. In: Velho, Gilberto. *O fenômeno urbano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- STEINER, G. *Gramáticas da criação*: São Paulo, Globo, 2003.
- VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: . ARANTES; VEINER; MARICATO: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*: 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WISNIK, José Miguel. *Algumas questões de música e política no Brasil*. In: . BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira: temas e situações*: 4..ed. São Paulo: Ática, 1999.
- ZIMMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. et al. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.